

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

22 de junho de 2021



As manifestações de sábado (19 de junho) simbolizaram nas ruas uma tristeza coletiva: chegamos à marca das 500 mil mortes provocadas pelo COVID-19. O presidente foi irônico com o ato, não se solidarizou com as famílias e ainda tratou mal as jornalistas que o entrevistaram no dia seguinte. “Por que ele ainda está no poder?”, é uma pergunta difícil de responder.

Enquanto isso, as peças para 2022 se movimentam. O deputado federal Marcelo Freixo e Flávio Dino, governador do Maranhão, migraram para o PSB. A Executiva Nacional do DEM anunciou a expulsão do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia. Moro admitiu a apoiadores que pode disputar a Presidência em 2022 e Luciano Huck negou a candidatura.

O Congresso continua passando a boiada. A votação da MP da Eletrobrás (PLV 07/2021) voltou para a Câmara, agora com um texto que não só privatiza a companhia, como ainda deve encarecer a conta final para as famílias.

A Câmara já aprovou, a toque de caixa e por ampla maioria (408 a 64), o projeto que altera a Lei de Improbidade Administrativa (PL 10887/2018), tornando mais difícil a punição a maus administradores públicos. Uma das principais mudanças no texto, que segue para o Senado, é a exigência de que fique provada a intenção do administrador em lesar os cofres públicos. Prejuízos causados por negligência ou incompetência passam a ser impunes. A pressa na votação foi obra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que tirou o projeto da comissão que o analisava e o levou direto ao Plenário. Lira foi condenado em primeira instância em dois processos por improbidade na Justiça de Alagoas.

E no Senado, Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional, será ouvida na CPI da COVID no Senado na próxima sexta-feira, dia 25 de junho, às 9h. Na semana passada, a CPI da Pandemia ouviu o depoimento de Marcellus Campelo, ex-Secretário de Saúde do Amazonas e Wilson Witzel, ex-Governador do Rio de Janeiro. Era prevista a oitiva do empresário Carlos Wizard, mas o mesmo não compareceu.

PAUTA DA SEMANA

DE 21 A 25 DE JUNHO

Na pauta do Plenário da Câmara, o destaque é mesmo o PL de desestatização da Eletrobrás (MP 1031-B/2021). Mas a pauta conta também com um requerimento de urgência para discussão do Projeto de Lei nº 2.401, de 2019, do Poder Executivo, que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar. Também está pronto para o Plenário da Câmara o PL 1360/2021, de autoria de Alê Silva (PSL/MG) e Carla Zambelli (PSL/SP) sobre aumento de pena para casos de infanticídio. Projeto perigoso!

A pauta completa você confere no site da Câmara.

COMISSÕES

Após a truculenta ação da Polícia contra os povos indígenas que tentavam acompanhar a discussão do PL 490/2007 na CCJC, a matéria foi retirada de pauta. O presidente da Câmara anunciou que discutirá o PL com os líderes dos partidos na quinta-feira, 24. A oposição está na luta para tirar proposta de pauta. As organizações indígenas ainda estão em Brasília, mobilizadas contra o PL. Na prática, ele inviabiliza as demarcações, permite anulação de Terras Indígenas e sua abertura a empreendimentos predatórios, sobretudo a mineração.

Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), está na pauta o PL 4343/2020 que inclui a mulher com deficiência no rol exemplificativo constante da Lei Maria da Penha. O autor é o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE).

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), existem vários projetos do nosso interesse:

- PL 853/2019 – deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP). Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto. **ALERTA!** Relatora: Dep. Chris Tonietto (PSL-RJ). Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

- PL 7004/2017 - deputado Weliton Prado (PMB-MG) quer assegurar unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico. Relatora: Dep. Tereza Nelma (PSDB-AL). Parecer: pela aprovação, com emenda.
- PL 10043/2018, do deputado Fábio Trad (PSD/MS) obriga as empresas a colocarem uma advertência nas embalagens de anticoncepcional. O alerta é para as pessoas com histórico familiar de trombofilia.
- PL 1655/2019, da ex-senadora Marta Suplicy (MDB/SP) quer obrigar agressores a indenizar a Previdência Social pelos valores pagos às vítimas em decorrência da violência doméstica e familiar.

Na pauta da CSSF temos ainda um Projeto para ações de conscientização sobre o parto prematuro; outro para que os serviços de saúde ofereçam orientações aos pais sobre prevenção da morte súbita; um projeto que tenta estabelecer a obrigatoriedade do exame de Fibrodisplasia Ossificante Progressiva - FOP em recém-nascidos; e por fim o que estabelece Licença-maternidade das mulheres que trabalham em equipagens de embarcações.

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

14 A 18 DE JUNHO

Além do PL da Improbidade Administrativa, que citamos na abertura do Radar, o Plenário da Câmara aprovou o PL 1011/2020, para a ampliação de categorias com prioridade na vacinação contra Covid-19. O projeto vai agora para o Senado. No caminho contrário, do Senado para a Câmara, teve a aprovação do PL 2112/2021 que inclui lactantes entre os grupos prioritários.

E o PL 1136/2019, da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), também foi aprovado. Ele cria o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, a ser celebrado no dia 14 de maio. O projeto agora vai ser discutido no Senado Federal.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher discutiu algumas proposições na semana passada. O projeto sobre a pena mínima do crime de lesão corporal em situação de violência doméstica foi aprovado. PL 5097/2013, da deputada Aline Corrêa (PP-SP), altera os arts. 129 e 145 Código Penal. O parecer foi da deputada Celina Leão (PP-DF) e ele agora vai para a CESPO.

Segue para a CCJC o PL 1484/2019, do deputado Heitor Schuch (PSB-RS), determina que empresas de direito público destinem 5% do valor do patrocínio para ser utilizado em prol do futebol feminino. Resultado: aprovado o parecer favorável.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) aprovou o pedido de Audiência Pública para discutir a inclusão de mães em período de amamentação (lactantes) no Plano Nacional de Imunizações contra a Covid-19.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

A lista de projetos apresentados de interesse das mulheres está quase inteiramente concentrada **no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres!**

O [PL 2240/2021](#), de autoria do deputado Luiz Lima (PSL/RJ), quer aumentar a pena dos crimes contra a honra cometidos no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O [PL 2221/2021](#) cria o Programa "Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar", a autoria do projeto é do deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA).

Mais um projeto perigoso! O [PL 2220/2021](#) quer estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

A deputada Edna Henrique (PSDB/PB) apresentou um Projeto que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o Programa de Amparo à Mulher Vítima de Violência Doméstica. Segundo o [PL 2195/2021](#), o programa teria caráter permanente e intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social.

No Senado Federal, o destaque é para um projeto relacionado ao mundo do trabalho. Nilda Gondim (MDB/PB) apresentou o [PL 2203/2021](#), que muda a CLT para dispor sobre os assédios moral e sexual nas relações de trabalho.

Acrescenta à Lei Maria da Penha o atendimento e a assistência psicológica, preferencial, integral e gratuita no SUS à mulher vítima de violência doméstica e familiar. O [PL 2194/2021](#) é de autoria da deputada Jéssica Sales (MDB/AC). A mesma deputada apresentou o [PL 2193/2021](#) que obriga os estados a criarem e disponibilizarem à população aplicativo específico para denúncia de violência contra a mulher.

O deputado Alexandre Frota (PSD/SP) apresentou Projeto para o funcionamento 24h das delegacias de atendimento às mulheres. O [PL 2171/2021](#) é mais um projeto desse tipo, entre tantos já em tramitação.

VALE A PENA CONFERIR!



AMB

Série sobre Trabalhadoras domésticas e o impacto da pandemia



Outras Palavras

Coluna Baderna Feminista: Resistência feminista, fio tecido a muitas mãos



Estudo FGV Social

Desigualdade social renova recorde histórico no 1º trimestre, aponta estudo



Carta Capital

A quem interessa o homeschooling?



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.